

## O BRASIL TÃO PRÓXIMO E TÃO DISTANTE

François Bonvin\*

Vou tentar escrever as palavras que tive o prazer de dizer para um público não brasileiro durante o seminário organizado pelo CRBC – Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain em homenagem a Maria Isaura Pereira de Queiroz, por ocasião do lançamento em francês, de seu livro “O mandonismo local na vida política brasileira”, sob o título “Signeurs ruraux et pouvoir local dans la vie politique brésilienne”, traduzido pela própria autora com a minha colaboração.

Esse livro foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1969, com uma tiragem limitada, depois reeditada numa bela edição pela editora Alfa-Omega, em 1976. É um livro que teve muito sucesso e que foi constantemente citado a partir dessa edição. Ele é, portanto, bastante conhecido dos brasileiros e eu não tenho a pretensão de lhes apresentar essa obra que eles conhecem melhor que eu.

Na introdução do livro editado em francês, no começo de 2006, pela editora da Maison des Sciences de l’Homme, a autora explica que seus amigos há muito tempo vinham aconselhando a adaptá-lo para o público francês, o que ela finalmente fez, traduzindo e aumentando o texto, com o objetivo de lhe dar mais precisão e de permitir uma apreensão mais fácil de alguns aspectos específicos do país.

Aqueles que conhecem Maria Isaura e tiveram o prazer de ouvi-la, sabem que ela aprendeu o francês muito jovem, praticamente no berço, e que ela o fala correta e fluentemente. Entretanto, sabe-se como as duas línguas, filhas do latim, são diferentes na sua maneira de exprimir pensamento e ação, o uso da voz passiva ou do artigo definido e mesmo indefinido, por exemplo, ou, ainda, a maneira de colocar o sujeito da ação; todas essas características criam grande dificuldade para se passar de uma língua a outra. Eu tive o privilégio e o prazer de trazer, com esta tradução, minha colaboração em língua francesa para o conhecimento dessa obra e, transformando minha ignorância em um instrumento de trabalho, contribuir para esclarecimentos julgados indispensáveis para o leitor francês. Isso quer dizer que eu não me considero com uma competência particular para apresentar este livro, sobretudo num seminário diante de cientistas sociais, entre os quais estão alguns especialistas da questão de que trata o livro. Eu me sinto, então, bem à vontade para falar do meu encantamento de leitor.

Este livro foi um dos primeiros e, sob a sua forma atual, talvez o último livro de Maria Isaura. Pode-se pensar, então, que ela colocou nessa obra quarenta anos de familiaridade com a sociologia e a história do Brasil. Para o leitor brasileiro, suas análises têm mais de quarenta anos e são, portanto, bem conhecidas, mas para o leitor francês elas são, particularmente, bem-vindas.

Desde o prefácio, depois na introdução, a autora situa o problema e formula suas hipóteses. “A oposição das duas forças” - *poder local e poder central* – *foi uma constante durante todo o período estudado; mas, à medida que a população aumentava e que*

---

\*François Bonvin École des Hautes Etudes en Sciences Sociales Paris – França.bonvin33@hotmail.com

*novos tipos de indivíduos e de grupos sociais complicavam o quadro simples dos primeiros tempos, o poder central tendia a se tornar dominante. (p. VII)* O que ela analisa e descreve, ao longo do livro em questão, são as lutas para imposição de uma autoridade, de uma legitimidade do Estado sobre o imenso espaço no qual o Brasil se tornou. No longo período analisado se vê a Coroa portuguesa às voltas com a sua colônia, transformada em reino, quando o rei aqui se refugia fugindo da Europa, e depois se tornando império independente e finalmente em uma república. O que se vê são todas essas autoridades, sucessivamente, em luta para impor a lei aos grandes proprietários de terra que reuniam, em torno de si, numerosos dependentes e, portanto, tinham em suas terras um poder tal que lhes permitia agir para explorá-las, incluindo desde as relações com os índios até as relações de concorrência entre eles. As relações com as autoridades superiores realizavam-se de uma forma como se não existissem outras leis que seus próprios interesses.

Não pretendo contar o conteúdo do livro, claro, quero somente apontar dois momentos. O primeiro, no início do período colonial, quando a Coroa envia o primeiro governador geral e como ele tem que lidar com os onipotentes proprietários de terra já instalados. Esse momento me impressionou muito e acho que faz muito sentido para o leitor francês. O segundo, relativo aos primeiros anos do Brasil independente e da regência: durante esse período duas novas constituições tentam arrancar das câmaras municipais o poder que elas se atribuíam ou, mais precisamente, os poderes que se atribuíam às poderosas famílias dominantes. Eu descobri, literalmente, esse momento, sem dúvida muito pouco conhecido, ou talvez completamente ignorado pelo leitor francês, em que o poder imperial, depois do Grito da Independência, o famoso «Brado do Ipiranga», ganhou muito prestígio aos olhos dos brasileiros e parece, então, ter tido os meios para impor as reformas desejadas».

É interessante como Maria Isaura analisa esses momentos como episódios de relativa impotência do poder central e das instituições provinciais, em que se nota a capacidade de ação do poder local em relação à província.

Voltando ao primeiro momento, a Colônia, é preciso evocar dois movimentos ou dois aspectos que ela analisa longamente: de um lado, a concessão dos grandes domínios, a constituição das grandes famílias com seus dependentes, quer dizer, a instalação do poder local, e, de outro lado, o trabalho da Coroa para impor sua autoridade. Os capítulos sobre o começo e o desenvolvimento da colônia constituem uma leitura impressionante para o leitor francês que tem a cabeça cheia de uma longa tradição jacobina e que, freqüentemente, esquece as longas guerras travadas pelos reis para decapitar os poderes concorrentes e impor a legitimidade real e que, portanto, esqueceu ainda mais os longos períodos de dispersão da autoridade, como foi o caso, por exemplo, depois da segunda metade do século X e durante o século XI, para falar somente desse período.

Para o leitor francês, parece longínquo e exótico o Brasil das origens com seus grandes senhores locais, deixados sem subordinação a um poder central, mas voltemos ao livro. Seria preciso lembrar todas as análises, as mais importantes que mostram como se estabelece o poder local. Voltemos a falar somente o essencial, as grandes divisões territoriais que instituíram as capitânias e seus donatários, em princípio submetidos à Coroa e gozando da faculdade de distribuir os lotes - as sesmarias - a homens que tinham

os meios de valorizá-las e dispostos a apoiar o donatário na sua missão de valorização e defesa da terra.

O donatário, que detinha a autoridade militar e civil com o grau de capitão-mor, encontrava-se assim colocado à frente de uma poderosa rede mobilizável para a defesa da colônia, mas também para defesa de seus próprios interesses. O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar nas capitânicas de Pernambuco e São Vicente (São Paulo), a construção dos moinhos de açúcar por uma categoria de plantadores, os mais ricos ou os mais poderosos, constitui, pouco a pouco, a hierarquia dos plantadores e suas lutas de interesses. Em torno dos grandes domínios constituem-se os poderosos grupos familiares aos quais Maria Isaura dedica bastante atenção: o desenvolvimento das uniões com as princesas indígenas, a política de reconhecimento dos mestiços indígenas como brancos, a categoria de tanto futuro, os «brancos da terra», se ampliando face aos brancos do reino, a concordância em dar poder aos herdeiros ilegítimos, em caso de falta de herdeiros legítimos, tudo vem mostrar a importância de uma numerosa descendência, aliados, dependentes, agregados, escravos, aqueles voltados aos serviços da casa e aqueles do trabalho no campo, o desenvolvimento do parentesco simbólico multiplicando as relações de padrinho, afilhado, compadre e comadre. Essas redes constituem o quadro da existência. Para encontrar proteção e apoio, para simplesmente existir, o indivíduo não poderia deixar de pertencer de perto ou distante, de uma maneira qualquer, não necessariamente com laços de sangue, a uma dessas grandes famílias. A propriedade rural constitui, portanto, a base da vida política local e regional. É todo esse mundo poderoso, ciente do seu poder, já constituído, que o enviado da coroa encontra no seu caminho, seja o governador geral ou um funcionário, como o juiz de fora.

Todas as análises desse tempo da colônia mostram a dificuldade e os frequentes fracassos que tornavam uma missão impossível a instalação dos funcionários públicos e, portanto, das leis, em uma palavra, da legitimidade do Estado na colônia, contra os interesses privados e a definição privada do interesse público.

O primeiro governador geral, que chega em 1549, instala a primeira capital, São Salvador, instala a administração geral, a justiça real, a administração das finanças ... mas as distâncias enormes sem comparação com as condições de Portugal, as dificuldades de comunicação, tornam problemática a obediência à lei. Com relação aos colonos, a tolerância era muito importante. *“Mesmo que eles usassem de subterfúgios para não pagar os impostos, o mais importante era que eles cultivassem a terra e marcassem a presença portuguesa”*. Um dos traços mais marcantes para o leitor era a fricção permanente da Coroa entre sua vontade de impor o respeito às leis gerais e as pressões dos colonos. Em caso de conflito, e eles são endêmicos, ela dá razão tanto aos funcionários, quanto aos colonos. Isto é o que se depreende de praticamente todas as análises, como se as leis não pudessem se aplicar a não ser pela negociação e, finalmente, pela mediação e intervenção dos notáveis locais, eles também interessados no jogo de emprestar o seu poder aos representantes da autoridade real.

Seria necessário citar tudo para dar a entender a que ponto o leitor, pouco familiarizado com a história, tem o sentimento de descobrir num momento, no decorrer do Brasil Colônia uma espécie de Brasil eterno. Citemos, entre outros, os episódios sangrentos dos conflitos entre as grandes famílias, as peripécias das relações com os jesuítas investidos

da missão de educar e o respeito das populações que a Coroa era impotente para realizar contra os interesses dos colonos, os episódios diversos da luta dos comerciantes para a obtenção do que hoje se chamam os direitos cívicos (ser eleitor e elegível nas câmaras municipais, no qual a Guerra dos Mascates é um caso limite, mas muito esclarecedor). Citemos ainda a tentativa, em 1693, de Filipe III, tornado rei de Portugal ligado à Espanha, para reduzir os poderes das câmaras municipais. Segundo a autora, citando o jurista Nunes Leal, elas adquiriram um imenso poder à margem dos textos da lei e às vezes contra eles que a Coroa acabou por aceitar, tornando legal uma situação concreta que em relação ao direito legítimo era subversiva. Na mesma perspectiva, a instituição do Juiz de Fora encarregado de aplicar a lei não terá o sucesso esperado. Maria Isaura nota que, se eles quisessem ver suas leis observadas, eles deveriam respeitar a maneira de pensar dos proprietários de engenhos e os grandes plantadores em detrimento das recomendações da Coroa, sob pena de ver interpretada sua intervenção como uma ofensa pessoal que exigiria vinganças. Maria Isaura interessa-se muito por esses episódios históricos que ela relê com um olhar de socióloga, aquele mesmo olhar que se encontra nas suas pesquisas sobre as grandes famílias, sobre os escravos, sobre o cangaço, entre outras.

Seria interessante evocar as análises do período das descobertas mineradoras, das bandeiras paulistas, essas expedições organizadas pelos grandes grupos familiares em missão privada, o nascimento das vilas no interior, as escolas, o desenvolvimento da educação e o nascimento de um estilo de vida urbano bem diferente daquele vivido no interior das grandes propriedades. De fato, o ressentimento que cresce contra a metrópole e a Coroa por causa dos impostos, o sentimento de uma exploração indevida e o sonho de independência constituem um momento em que os interesses, o poder e a dominação dos senhores locais podem ser confundidos com os interesses da Colônia contra a exploração da Metrópole.

Voltemos à atenção, entretanto, para um outro momento, sem dúvida muito importante dos confrontos entre os poderosos locais e o poder central. É o momento da constituição de 1824, imposta por D. Pedro I, e que será retomado em 1834 sob a Regência (Ato Adicional de 1834). As constatações são as mesmas que já haviam inspirado a reforma de Felipe III em 1603, os poderes excessivos das câmaras municipais. Elas se ocupam de tudo, de modo que se tornam a instância na qual se transformam em lei pública, em legitimidade pública, os interesses particulares dos dominantes, as grandes famílias do lugar. A constituição reduz, drasticamente, essas competências e submete os decretos das câmaras municipais ao controle e à aprovação da autoridade provincial (o Conselho Geral da província, que se tornará a assembléia provincial em 1834), depois da autoridade imperial (a Assembléia Geral localizada no Rio de Janeiro). Na hipótese de Maria Isaura, é um momento particularmente interessante de se observar. Trata-se de uma espécie de refundação do Brasil, o momento de uma redefinição, inspirada pelo pensamento dos “pais da independência”. Bem, não se vai fazer durar o suspense, em resumo, ela mostra que, de diversas maneiras, os grandes chefes locais detêm os meios de controlar a autoridade provincial, em certos casos de fazê-la funcionar a favor de seus interesses, em todo caso, de impedir uma ação contra seus interesses. Desse modo, ela mostra que as distâncias entre as províncias e a capital, as dificuldades de comunicação entre os municípios, tornam as leis ineficazes. No seu entender, os grandes proprietários puderam conservar sua liberdade de ação, contando com a constituição progressiva desde o fim do século

dezessete, de uma categoria de políticos profissionais instruídos, oriundos das grandes famílias do país, das quais eles eram os mandatários e que, colocados nas assembléias provinciais, davam aos chefes influentes a possibilidade de agir nas diversas escalas da vida administrativa e política. A nomeação para os grandes e prestigiados cargos da Guarda Nacional (coronel e tenente-coronel), diretamente pelo governo imperial, reforçava o poder dos grandes chefes políticos morando nas províncias.

A nomeação dos chefes para os cargos mais elevados da nova polícia pelas pessoas não pertencentes aos grupos locais (o chefe da polícia pelo Conselho de Estado, o delegado e o subdelegado pelos presidentes das províncias) poderia significar uma diminuição do poder dos políticos regionais, entretanto, de fato, o chefe da polícia nomeado pelo presidente da província não podia agir sem o consentimento e o apoio dos mais importantes chefes locais. Sem a força, a autoridade ficava formal. Segundo a mesma lógica, o próprio Presidente da Província, que não podia ser oriundo de uma grande família da província e era nomeado por dois anos somente, acabava por ficar sob a influência dos chefes locais. O momento da regência, portanto, apesar de marcado por novidades, não parece indicar ruptura com a lógica do passado: com o desenvolvimento do Estado, ao contrário, desenvolve-se a capacidade dos chefes locais de fazer funcionar o mundo de acordo com seus interesses.

Todo o texto é cheio de análise, de descrição de fatos, das rivalidades sangrentas entre os poderosos locais, pelos quais ela se interessa. Aprende-se a cada linha. O leitor poderia se perder com o acúmulo de informações, um pouco no estilo de um ensaio, mas isso não acontece. A autora tira firmemente o fio do seu pensamento através das épocas, das mudanças de estrutura do país, dos acontecimentos, das anedotas, fatos que ela considera esclarecedores para o leitor. Ela tem razão, pois constituem a cada passo análises convergentes muito integradas ao propósito do livro.

Eu não gostaria de estender mais essa resenha, pois não sou um especialista e não teria muito a acrescentar para o leitor brasileiro, tendo em vista a maneira familiar e, portanto, tão profundamente esclarecedora da autora. Ao leitor não brasileiro cabe o encantamento da leitura ao acompanhá-la na descoberta do Brasil e de sua história, um Brasil tão próximo e tão distante.

Para terminar, faço algumas rápidas observações. Maria Isaura interessa-se muito pela grande família articulada às propriedades. É a face visível do poder, a maneira mais direta da sua manifestação. Ela a descreve e analisa suas características e, pode-se dizer, seu caráter funcional, nos diversos momentos históricos relatados no livro. Ela a descreve como uma rede suscetível de mobilizar, a grandes distâncias, com suas articulações e seus diversos níveis sociais. A partir do chefe, dos filhos da família tronco, constitui-se um mundo profunda e verticalmente estruturado, de alto a baixo, pelos laços de parentesco e aliados de todos os níveis, dos agregados até os dependentes mais modestos, dos escravos da casa até aqueles das plantações. Ela é muito sensível em relação a esse universo. É certo que ali se exerce a dominação, muitas vezes a mais brutal, mas é ali, no cotidiano, que se realizam as formas de alianças sociais e integração cultural características desse mundo que ela procurou entender. Parece-me que ela dá, assim, uma grande profundidade a um mundo em que a integração horizontal pode parecer frágil.

Como ela cita muito a “História Econômica” de Caio Prado Junior, que eu não conhecia, fui olhar de perto. Ele analisa longamente a história da família brasileira e seu papel no futuro do Brasil de caráter patrimonial, fazendo um julgamento severo sobre o tipo de homem que essa sociedade forma. Parece-me que Maria Isaura não retoma o julgamento que se encontra em Caio Prado Jr., julgamento que se reflete no penúltimo capítulo da obra “O menino de engenho”, em que Lins do Rego deixa transparecer a reprovação à família brasileira por não cumprir sua missão socializadora que fica muito aquém do esperado.

Maria Isaura volta também, muitas vezes, ao mundo dos escravos. Vários textos de sua obra estão consagrados a esse tema, entre os quais um artigo sobre a representação dos escravos em dois romances do século dezenove, “O tronco do Ipê”, de José de Alencar, e a *Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo. Ela se interessa pela extraordinária diversificação interna do mundo dos escravos com suas categorias, seus destinos contrastantes, suas chances de futuro relacionadas às aptidões verbais e saberes profissionais, a aparência física, a beleza e as nuances da cor da pele, todas as formas de recursos sobre as quais se baseavam suas biografias, sendo uma das formas essenciais a proximidade com os donos. Relata, também, as ações sobre os escravos de diversas categorias de agentes, sobretudo os agentes religiosos. Parece-me que ela se interessa ainda mais pelo desenvolvimento, de certa forma autônomo, da cultura dos escravos e, de forma geral, de toda a população negra, seus santos, suas fraternidades, a riqueza barroca de seus lugares de culto, de suas procissões e, particularmente, pela impressão que essa cultura causava em seus senhores, inclusive a impregnação da cultura brasileira pela cultura negra.

Como sugerir, sem afirmar, certa proximidade da autora com esse mundo? Ela mesma sempre foi uma cidadina, mas sua tia, a célebre Carlota, essa que foi a primeira deputada federal e uma das primeiras médicas brasileiras, deve ter deixado textos nos quais falava sobre seus ancestrais fazendeiros que, tanto do lado paterno quanto materno, teriam escravos, um deles (segundo uma informação oral) teria tido seiscentos. Assim sendo, se Maria Isaura não viveu diretamente a vida nas fazendas, ela certamente conviveu com avós e parentes próximos que viveram essa vida. Estaria eu dizendo mais do que o livro ao sugerir uma afinidade entre a autora e esse modo de vida ao falar dos escravos? Em todo caso, ao leitor que descobre o Brasil o livro dá a pensar que nas suas análises se encontra certa intimidade entre a autora e a cultura negra. Uma intimidade que talvez fosse fruto de momentos chave da sua biografia, justamente pela intermediação da prestação de determinados serviços pessoais, como o das mucamas ou as pajens, entre outros. Nesses momentos, a influência da cultura dos escravos teria sido primordial para essa profunda afinidade, mesmo que depois a integração da adolescente ao mundo dos adultos relegue essas influências a segundo plano na vida privada.

A cultura dos escravos remonta até o berço dos filhos dos senhores, nos jogos infantis e adolescentes. Desse modo, tudo leva a crer que nos momentos mais decisivos da formação das primeiras impressões e da sensibilidade, do *habitus*, como diria Bourdieu, a criança está nas mãos de uma quase mãe negra, talvez mais próxima que sua mãe biológica, junto com as crianças da mesma idade. Como deixa entrever a obra de vários

autores na literatura brasileira, na idade em que o garoto escapa do mundo das mulheres, ele encontra um companheiro/servidor com o qual vai compartilhar todas as experiências e descobertas da vida e do mundo. Essa afinidade, provavelmente, se encontra mesmo na experiência religiosa ampliada e diversificada, nas dimensões da riqueza dos animismos que povoam o mundo com uma multidão de seres invisíveis do qual os favores são incertos; e suscita uma inquietude, pelo trabalho a ser feito para conciliar as influências mais problemáticas e ainda uma sensibilidade mais aberta em consonância com a inventividade religiosa tão marcante do Brasil. Aqui poder-se-ia citar muitas obras literárias que falam dessa proximidade, mas, entre elas, “O menino de engenho”, já citada, é particularmente eloqüente nesse ponto.

Eu gostaria de terminar por aqui, falando do interesse que a leitura desse estudo da Maria Isaura tem para quem quer conhecer a sociedade brasileira, como os pesquisadores em Ciências Sociais, por exemplo, que não sendo brasileiros começam um trabalho sobre o Brasil, mas também do interesse que o livro tem para o leitor que começa a se interessar pela literatura brasileira e, nesse sentido, um grande esforço de tradução em francês, pelas edições M. Métaillié, em particular, começa a dar frutos.

No que me concerne, eu tinha lido “Cacau” e “O País do Carnaval” e me lembro muito bem do choque cultural que foi a descoberta de Fogo Morto, esse imenso afresco inesgotável, onde há tudo, onde se encontram todas as relações sociais privadas e públicas, sob a condição de deter os códigos que permitem visualizá-las. Falando sobre este meu encantamento com o colega Afrânio Garcia, atual diretor do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, começamos a divagar sobre o “Menino de Engenho” que eu havia lido bem depois de Fogo Morto e de Meus Verdes Anos, que eu ainda não havia lido. Evocamos as diferentes cenas, recorrentes, de um livro a outro – do cangaceiro com seu bando na casa do coronel: a cena brutal de Fogo Morto em que o cangaceiro bate no piano da casa, num acesso iconoclasta para quebrar o símbolo da distância a mais intangível, e também aquela cena mais amenizada de “O Menino de Engenho”, apesar de sua grande violência simbólica, em que o cangaceiro se senta na cabeceira da mesa. Mas, disse-me Afrânio, o segredo das relações é revelado mais tarde somente em “Meus Verdes Anos”, quando o cangaceiro, cumprimentando o coronel Paulinho, o chama de padrinho. Eu corri a olhar em “Os Cangaceiros: os bandidos de honra brasileiros”, que Maria Isaura publicou, primeiro em francês em Paris, nas edições Juilliard em 1968, e somente em 1977 em São Paulo. Desde a primeira linha descobri que as grandes famílias tinham seus bandos de cangaceiros (caçadores de índios), bandos armados, prontos a tudo, que lhes serviam nos conflitos com as famílias rivais. O mundo descrito por Maria Isaura, em seus livros, é um universo em que tudo tem espaço marcado, onde o poder simbólico do coronel está muito perto de sua base e de sua face oculta, a violência nua. Ao evocar o quanto a leitura dos livros da Maria Isaura permite desvendar as nuances dessa literatura, eu não poderia dizer de forma mais apropriada, a que ponto a publicação desse livro cai bem para o leitor francês interessado pela realidade do Brasil e não só para quem procura o conhecimento nos livros de história e literatura, mas, ainda mais, para aqueles a quem as informações publicadas nas revistas e jornais, freqüentemente, podem parecer tão cheias de mistérios.